

O PL de Ambientes livres de fumo São Paulo deve ser aprovado?

Por Paula Johns, diretora-executiva da Aliança de Controle do Tabagismo

No que depender do consenso científico, do bom senso, da saúde pública, da opinião da maioria esmagadora da população, da saúde de garçons e outros trabalhadores do setor hospitalidade, dos seguros de saúde, da previdência, da comunidade médica, dos filtros dos aparelhos de ar-condicionado, entre outros, a resposta é um inequívoco **SIM!**

No entanto, a proposta ainda alcança ares de controvérsia e polêmica, apesar de todas as pesquisas demonstrarem que mais de 80% da população querem usufruir do seu direito de freqüentar ambientes 100% livres do tabaco seja no lazer ou profissionalmente, sem ser obrigado a fumar passivamente e a ver sua saúde colocada em risco.

Isso acontece porque grupos de frente da indústria do tabaco alegam que a proibição do fumo em locais fechados, incluindo bares e restaurantes, teria um impacto devastador no comércio e no emprego. Segundo **informe publicitário** publicado na Folha de S. Paulo no último fim de semana, a proibição do fumo em ambientes fechados no Canadá teria acarretado uma “queda no faturamento de 38%-40% e uma redução de 65% no número de empregados”. Esse informe deveria ser qualificado como propaganda enganosa e nesse caso não creio que as vítimas sejam nossos deputados. Eles têm acesso a informações de vários lados e, acredita-se, devem ser capazes de fazer uma análise crítica do que recebem.

As principais vítimas desse engodo são os trabalhadores do setor hospitalidade que, em função de temores propagados por inverdades, terminam se sujeitando a trocar sua saúde e bem estar pela saúde da indústria do tabaco e temem reivindicar pelo seu direito de trabalhar num ambiente saudável. Por falar nisso, é obrigação legal e moral dos empregadores prover um ambiente de trabalho saudável para seus empregados.

A maioria das províncias canadenses já protege seus habitantes do tabagismo passivo e, no que tange ao impacto econômico da medida, no caso do Canadá, Austrália, EUA, Reino Unido, Nova Zelândia, África do Sul, Espanha, China, entre outros locais, estudos independentes, utilizando dados objetivos de emprego e receita, e que atendem a critérios de qualidade de produção científica, demonstram que legislação de ambientes livres de fumo não tem impacto negativo na indústria da hospitalidade.

Os poucos estudos que reportam impactos negativos não atendem a padrões científicos e são financiados pela indústria do tabaco através desses grupos de frente. Já os impactos positivos na saúde pública são inúmeros e observados em vários países. Esperamos que o Brasil faça parte desse rol de exemplos positivos em breve.

Importante lembrar que a lei proposta não proíbe ninguém de fumar, apenas disciplina onde se pode fumar de forma a não obrigar quem não fuma a fumar involuntariamente. O direito individual de fumar não pode ser sobreposto ao direito coletivo à saúde. Segundo tratado internacional de Controle do Tabaco ratificado pelo Brasil, não há nível seguro de exposição à fumaça ambiental do tabaco e não há sistema de ventilação que elimine os riscos.

De qualquer forma, a polêmica é boa, afinal é um excelente canal para trazer o debate a público. Entender os motivos da lei, o que está em jogo e quem realmente perde e ganha com essa história é fundamental, faz parte do processo de conscientização na sociedade e a consciência do cidadão bem informado vale muito mais do que qualquer lobby milionário.

Em resumo, ambientes livres de fumo fazem bem à saúde, aos negócios e à economia.